

# BANCÁRIOS NA LUTA

Ano I | 1 de Março de 2018 | Nº 21

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

## Vitória! Pressionado, governo Temer enterra reforma da Previdência

Governo Temer suspende a reforma previdenciária, mas deve atacar empresas públicas. Vamos resistir!

A pressão dos trabalhadores surtiu efeito e a reforma da Previdência encontra-se enterrada. Por enquanto, pelo menos.

O próprio presidente atuou como coeiro da reforma: ainda longe de ter os votos necessários para a sua aprovação (dada a impopularidade da proposta), Michel Temer decretou uma intervenção federal no Rio de Janeiro para assumir as rédeas da Segurança Pública do estado, mas a Constituição não permite que propostas de emenda à Constituição (como a PEC 287/2016, da reforma da Previdência) tramitem no Congresso durante períodos de intervenção federal.

Nada impede, no entanto, que a reforma volte a tramitar após o fim da intervenção no RJ. O decreto tem validade até 31 de dezembro, mas pode ser revogado antes – depois das eleições de outubro, por exemplo.

O perigo é real, pois se muitos dos atuais congressistas não forem reeleitos (o que é a tendência), eles podem dar os votos necessários à aprovação da reforma, uma vez que não teriam mais nada a perder. A verdade é que a intervenção do governo federal no Rio de Janeiro foi a tábua de salvação dos deputados.

### Dia Nacional de Luta

Independentemente da suspensão da reforma, que ocorreu numa sexta-feira (dia

16), as centrais sindicais já tinham organizado o Dia Nacional de Luta Contra a Reforma da Previdência, que aconteceu na segunda-feira seguinte, dia 19.

Somando-se aos trabalhadores do todo o país, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** promoveu um ato em frente à agência do Banco do Brasil que fica na praça Rui Barbosa, alertando sobre os malefícios da reforma por meio do caminhão de som e de panfletos distribuídos à população.

### Nova agenda

No mesmo dia dos protestos, para “compensar” a suspensão da reforma da Previdência, o presidente Temer anunciou uma nova agenda que inclui 15 projetos a serem votados pelo Congresso ainda este ano.

Em primeiro lugar, o governo quer privatizar a Eletrobrás, conceder autonomia ao Banco Central e acabar com o Fundo Soberano (*leia mais ao lado*).

Entre outras coisas, quer também: a reforma do PIS/Cofins; a redução da desoneração da folha de pagamento; um plano de recuperação e melhoria empresarial das estatais (*leia-se: reestruturações e PDVs*); uma nova lei de finanças públicas; a regulamentação do teto remuneratório; reforma das agências reguladoras; e a criação do cadastro positivo.



## Em lugar da reforma...

• **Privatizações:** com a suspensão da reforma da Previdência, a principal ideia do governo Temer para fazer caixa é privatizar. A primeira empresa a ser entregue para o setor privado deve ser a Eletrobrás, mas muitas outras empresas estão na lista, entre elas a Caixa Econômica Federal e seus ativos, co-

mo a Lotex, seguros e cartões. É preciso resistir!

• **Autonomia do BC:** o assunto é, no mínimo, controverso. Há quem pense que uma menor interferência do Poder Executivo no Banco Central seria positiva, mas a instituição também não pode ser usada para beneficiar interesses alheios

ao interesse público.

• **Fim do Fundo Soberano:** o fim do Fundo Soberano vai prejudicar o desenvolvimento, principalmente, das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, além dos bancos que administram os recursos do fundo, como BB, BNB, BASA e BRB.

Fotos: Estela Pinheiro / Seeb Bauru

# STF já tem 18 ações contra reforma trabalhista

Das 18 ações, 13 pedem a volta do imposto sindical

Segundo uma reportagem publicada dia 18 pela *Folha de S.Paulo*, o Supremo Tribunal Federal (STF) já recebeu 18 ações diretas de inconstitucionalidade (Adin) contra a reforma trabalhista. Dessas 18 ações, nada menos que 13 pedem a volta da obrigatoriedade do imposto sindical.

Das outras cinco ações, duas questionam o trabalho intermitente (a prestação de serviço descontinuada), uma questiona o limite do valor da indenização por dano moral a ser definido pelo juiz, uma pede o fim da correção do depósito recursal (retenção de parte da indenização durante o processo) com base no índice da poupança, e, por fim, uma alega ameaça à gratuidade da Justiça – estas duas últimas ações foram ajuizadas pela Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho).

**Pelegos só querem o dinheiro fácil**

Ainda de acordo com a reportagem, a Central Única dos

Trabalhadores (CUT) “entrou com pedido de *amicus curiae* (amigo da corte) em todas as ações para barrar o fim do tributo”. Nada mal para uma central que se diz contrária à cobrança do imposto... Em 2016, afinal de contas, o total arrecadado foi de R\$ 2,9 bilhões (!), e a CUT dirige a maioria dos sindicatos.

Vale lembrar que o dinheiro do imposto (que equivalia a 3,33% do salário de março de todo trabalhador com carteira assinada) era dividido da seguinte maneira: 60% para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações, 10% para as centrais sindicais e 10% para o Ministério do Trabalho.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, que desde a década de 1990 devolve sua parte do imposto, o fato de que mais de 70% das ações no STF peçam a volta do imposto sindical escancara o estado do sindicalismo no Brasil: acomodado, confortavelmente pendurado nas tetas do governo, para que não precisem dar atenção aos trabalhadores que dizem representar. É vergonhoso!



## Site do Sindicato está de cara nova. Confira!

Depois de muito planejamento, no dia 22 o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** lançou seu novo site.

Agora os bancários e trabalhadores que acompanham a luta da entidade poderão acessar um portal mais moderno, interativo e com novas ferramentas para melhor atender a categoria.

Além disso, agora o site é flexível e pode ser visualizado facilmente em celulares e tablets. Acessem!



## Série da Netflix aborda relação do HSBC com cartéis



A Netflix lançou uma série documental chamada *Na Rota do Dinheiro Sujo*, que traz histórias reais de ações criminosas de grandes corporações – uma delas é o banco HSBC. Através de depoimentos, documentos e apurações jornalísticas, um dos episódios trata da ligação do banco com o cartel de drogas no México.

Em entrevista concedida à Netflix, um ex-executivo do HSBC da área de investigação a fraudes afirmou ter percebido que o banco fraudava sistemas de investigações para favo-

recer transações de entidades criminosas internacionalmente conhecidas, inclusive dos cartéis mexicanos.

A Justiça dos Estados Unidos, em 2012, condenou o banco a pagar U\$ 2 bilhões por isso. No entanto, foi feito um acordo para que não houvesse acusação criminal de nenhum dos envolvidos.

### Corrupção corporativa

A série também traz episódios de outras ações criminosas, como, por exemplo, a adulteração de motores pela Volkswagen.

## Recorde: bancos fecharam 1,5 mil agências em 2017

O site de notícias *Infomoney* informou no dia 9 que “quase 1,5 mil agências bancárias fecharam as portas em 2017”. Foi a maior queda anual de toda a série histórica do Banco Central. Assim, o ano passado se encerrou com 21.062 agências em funcionamento.

A instituição que mais fechou agências foi o Banco do Brasil: 670 delas.

O Bradesco ficou em segundo lugar, tendo fechado 564 agências – depois de ter incorporado aproximadamente 850 agências do HSBC.

Em seguida, vieram Itaú e Caixa Econômica Federal, que fecharam, respectivamente, 125 e 18 agências.

Apenas o Santander abriu unidades físicas: 3 agências.

# Sindicato consegue 'recomissionar' duas funcionárias do BB

Juiz decretou nulidade dos descomissionamentos e determinou o retorno às funções comissionadas

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** obteve duas vitórias inéditas na Justiça do Trabalho, fazendo com que duas funcionárias do Banco do Brasil recuperassem a função comissionada que haviam perdido por causa da reestruturação de 2017.

As ações, individuais, tiveram como fundamento a Súmula N° 372 do Tribunal Superior do Trabalho (aquela que leva em conta o princípio da estabilidade financeira) e, principalmente, a cláusula quadragésima quinta do acordo aditivo do BB. A cláusula, que se encontra no

Acordo Coletivo vigente (ACT 2016/2018), diz que “o banco [BB] observará três ciclos avaliatórios consecutivos de GDP com desempenhos insatisfatórios como requisito para dispensa de função ou de comissão em extinção de funcionário”. Ou seja: as bancárias só poderiam ter sido descomissionadas após três avaliações insatisfatórias – o que não aconteceu.

Coincidentemente, foi o juiz Jeferson Peyerl, da 1ª Vara do Trabalho de Bauru, quem julgou as duas reclamações do **Sindicato**, e seu entendimento foi o mesmo do **Sindi-**

**cato**. Para ele, as funcionárias somente poderiam ser dispensadas de função ou comissão em extinção após três ciclos avaliatórios.

Como não havia três avaliações negativas em nenhum dos casos, o juiz decretou a nulidade dos descomissionamentos e condenou o BB a retornar as bancárias “ao cargo/função comissionada anterior (ou outro equivalente, caso não exista mais o cargo/função) com a remuneração recebida anteriormente”. Também concedeu liminar para que o BB cumprisse a decisão em 48 horas. Vitória!



## Assembleias aprovam autonomia administrativa e contas do Sindicato



Assembleia de prestação de contas realizada na última terça-feira, dia 27

Em duas assembleias distintas – a primeira delas ocorrida no dia 20 e a segunda, no dia 27 –, os associados do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** aprovaram a autonomia da Diretoria Plena para decidir sobre contratação ou dispensa de empregados da entidade (sem que

a decisão precise passar por deliberação de assembleia) e também aprovaram as contas da entidade referentes ao período de fevereiro de 2017 e janeiro deste ano.

As contas foram aprovadas por unanimidade, e a autonomia da Diretoria Plena foi aprovada por 40 votos a 2.

## Caixa lança novo programa para desligar empregados

Meta do banco é cortar mais de 5 mil postos de trabalho

A Caixa Econômica Federal anunciou no dia 22 o seu novo “Programa de Desligamento do Empregado”. Aqueles que quiserem se desligar do banco devem solicitar a adesão ao PDE até a próxima segunda-feira, dia 5.

As condições para aderir ao PDE são as mesmas do “Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário” (PDVE) do ano passado, mas os incentivos oferecidos são diferentes.

### Quem pode aderir

Podem aderir ao PDE os empregados que já estão aposentados pelo INSS e os que vão adquirir essa condição até 31 de dezembro.

Também podem aderir os empregados com no mínimo 15 anos de trabalho efetivo na Caixa e aqueles com adicional de incorporação de função até a data do desligamento (neste caso, sem exigência de tempo mínimo de trabalho no banco).

### Incentivos oferecidos

A título de indenização, a Caixa vai pagar aos empregados que aderirem ao PDE um valor equivalente a 9,8 salários-base, limitado a R\$ 490 mil. (Por se tratar de indenização, o montante estará isento da cobrança do imposto de renda.)

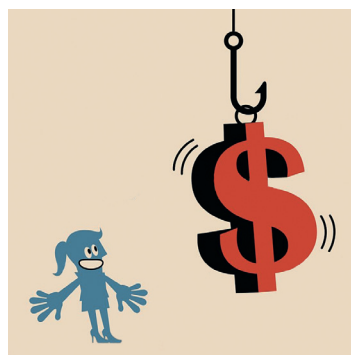
O plano de saúde (Saúde Caixa) será mantido e não sofrerá nenhuma alteração.

### Enxugamento desviado

A meta da Caixa com esse PDE é atrair entre 5 mil e 7 mil bancários.

O banco tem apresentado planos de desligamento voluntário desde 2015. O resultado foi a eliminação de aproximadamente 17% dos postos de trabalho. Se em 2014 a Caixa tinha cerca de 105 mil empregados, hoje esse número não passa de 87 mil.

Até o nome do novo programa parece refletir a crescente agressividade do banco. Palavras como “voluntário” ou “extraordinário” foram eliminadas e só restou isso: “programa de desligamento do empregado”, sem eufemismos. Triste.



# Sai Cristiane Brasil, mas ministro interino do Trabalho também é réu

Na mesma semana em que o presidente Temer se viu obrigado a suspender a tramitação da PEC da Previdência, também teve de abrir mão da deputada Cristiane Brasil (PTB) no Ministério do Trabalho e Emprego.

Como se sabe, a nomeação de Cristiane estava suspensa pela Justiça e pode ser considerada como mais um escândalo do governo Temer: se tudo corresse como queria o presidente, o Brasil teria, ironicamente, uma ministra do Trabalho condenada em processos trabalhistas por calote e desrespeito a direitos trabalhistas. Também vieram à tona denúncias de assédio contra funcionários e de envolvimento com o tráfico.

## Interino também é réu

O PTB de Roberto Jefferson, pai de Cristiane e conde-

nado pelo STF no processo do Mensalão, não conseguiu tê-la como ministra, mas aprovou a manutenção de Helton Yomura como ministro interino do Trabalho. Ele estava à frente da pasta desde a suspensão da posse da deputada e é lá que vai continuar até a reforma ministerial, prevista para o fim deste mês.

Acontece que Yomura também está enrolado com a Justiça. Ele é réu em uma ação da Justiça do Rio que apura uma ligação clandestina de energia elétrica. O caso, divulgado pela Globo News, aconteceu em 2014 na empresa em que Helton é sócio (Fimatec).

A ligação clandestina foi descoberta em um galpão na Zona Norte do Rio. O “gato de luz” foi encontrado em abril de 2014 pelos funcionários da Light, a concessioná-

ria responsável pelo fornecimento de energia elétrica.

Helton e o sócio dele foram denunciados pelo Ministério Público por dois crimes: furto de energia e furto qualificado. Se forem condenados pela justiça, eles podem pegar uma pena máxima de 12 anos de prisão.

Segundo o site Congresso em Foco, Yomura e Cristiane Brasil têm relação próxima desde 2006, quando ele advogou para a deputada em uma representação do Ministério Público Eleitoral por campanha antecipada. O inquérito foi arquivado em 2015. A relação entre os dois se estreitou durante a passagem dela por secretarias na gestão do prefeito do Rio Eduardo Paes (MDB).

Em resumo, de um jeito ou de outro, o Ministério do Trabalho vai continuar nas mãos de Roberto Jefferson.

# Sambadores põem todos pra dançar!



Veja mais fotos do SindBar no Facebook do Sindicato

# Torneio Início de Futsal: prazo para inscrição se encerra na próxima sexta, dia 9

Atenção, boleiros! Neste ano o Torneio Início de Futsal do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** será no dia 7 de abril, porém, o prazo para inscrição dos times acaba na próxima sexta, dia 9.

Para quem não está familiarizado com o regulamento, todas as partidas do Torneio Início acontecem no mesmo dia, sendo que cada uma de-

las tem dois tempos de 10 minutos, sem intervalo.

As equipes deverão contar com, no mínimo, seis jogadores, não podendo ultrapassar o limite máximo de dez.

Podem participar do torneio os bancários e funcionários sindicalizados e, ainda, estagiários e terceirizados (no máximo dois por equipe).

Bancários e funcionários

sindicalizados ficam isentos da taxa de participação, enquanto estagiários e terceirizados têm de pagar R\$ 10 para jogar.

Reúna seu time e participe! O **Sindicato** disponibiliza a ficha de inscrição em seu site ([www.seebbauru.org.br](http://www.seebbauru.org.br)). Basta imprimi-la, preenchê-la e entregá-la a qualquer diretor da entidade.

